

## DOS ESTUDANTES À POPULAÇÃO

À população desta cidade dirigem-se os estudantes de Coimbra, procurando fazer ouvir a sua voz livre, rasgando a mordaza que o governo lhe tenta impor, levando a verdade onde a censura apenas deixa chegar as notícias de uma imprensa subserviente.

Para que se possa apreciar da violência de que são alvo os estudantes portugueses passemos a enumerar algumas medidas sobre eles tomadas nos tempos mais próximos:

### JANEIRO

Lisboa - No seguimento dos processos disciplinares e incorporação militar a alunos do Instituto Industrial a polícia intervém na Faculdade de Direito e move perseguição selvagem aos alunos que se encontravam reunidos. As autoridades académicas levantam inúmeros processos, o Ministro da educação não recebe as Direcções das Associações.

Coimbra - Não homologação de dois elementos da Direcção Geral com base em processos disciplinares arbitrariamente instaurados no 1º período.

Porto - Proibidas várias reuniões de estudantes.

=====

A 28 deste mês o MEN através de uma nota faz saber que as liberdades elementares que constituem direito universal dos cidadãos e que através de duras lutas os estudantes haviam mantido, serão reprimidas segundo a legislação repressiva vigente no país.

Alguns dias depois as direcções das Associações de Lisboa e Coimbra são chamadas à PIDE/DGS e notificadas da disposição em que se encontra esta polícia de pôr em prática tal nota.

### FEVEREIRO

Dia 11 - Coimbra : O Movimento Democrático Estudantil (MDE), organização independente da AAC convoca para a Faculdade de Ciências uma reunião de apoio aos colegas Neto e Cabrita presos há mais de um ano e cujo julgamento, onde o Reitor figura como testemunha abonatória, começa nesse dia. Nesse mesmo dia é preso o colega de Medicina, António Cunha. Na manhã do dia seguinte a PIDE/DGS prende outro estudante.

Dia 12 - Coimbra : Se bem que o MDE seja independente da AAC, o que é verdade é que os colegas presos são estudantes no uso livre do direito de reunião e discussão, liberdades pelas quais a AAC se tem batido, sem discriminação de credos políticos ou religiosos; por isso foi marcada uma reunião para as 15 horas desse dia onde se apreciariam as prisões dos dois colegas. A PSP entra na AAC e faz saber que terá de estar presente uma autoridade nesta reunião, por imposição de Governo Civil. A direcção da AAC entra imediatamente em contacto com o Reitor que confirma a notícia. A reunião é adiada para as 17 horas sem que se registre o aparecimento de qualquer autoridade. Perto das 18 horas começa a gigantesca operação policial que isola a parte alta da cidade, cerca a AAC, invade e saqueia as suas instalações. Três colegas da Direcção Geral são presos pela autoridade que os chama para parlamentar. Durante toda a noite a AAC é vítima de minuciosa revista. Todas as máquinas, copiógrafos, arquivos são levados.

Dia 13 - Coimbra : Fuma nota seca o Gov. Civil torna pública a sua intervenção da véspera. Reunião geral nos gerais. O Reitor responde a perguntas dos estudantes e recebe destes cinco pontos cuja imediata satisfação eles acham necessária para não agravamento da situação.

Dia 15 - Coimbra : Com 10 estudantes já presos a academia reune-se em Assembleia magna e decreta greve. Presentes cerca de 3 000 estudantes.

Dia 16 - Coimbra : ocupação da Cidade Universitária pela polícia de choque, cargas dentro das Faculdades onde a entrada só é permitida a certos alunos. Espancamentos, provocações torpes das autoridades. O colega de Direcção Domingos Lopes é preso às portas de uma entrevista com a Vice-Reitora, depois de a ela se ter anunciado. Preso pela P.S.P., Carlos Teixeira aluno de medicina é espancado e depois solto. A PIDE/DGS ocupa as ruas. 19 estudantes são presos e enviados para Caxias.

Dia 17-Coimbra : o Reitor é obrigado a vir à associação pois não pode garantir a segurança dos representantes dos estudantes se forem estes a deslocarem-se à Reitoria para o encontrar. Nessa reunião, Reitor e Vice-Reitora ouvem o relato das atrocidades e delegam a responsabilidade dos acontecimentos aos seus superiores e aos directores de Faculdade, manifestam a esperança na resolução da situação nos contactos do MEN (com seu colega do interior). A Assembleia magna prevista para as 17 horas é no entanto proibida superiormente. O Reitor que fora a esta Assembleia, à menos de um ano buscar o voto de investidura, transmite a ordem de proibição e faz-lo sem comentários. Segunda intervenção policial na A.A.C., encerramento definitivo. Manifestação na Baixa. Prisão de 6 colegas que serão posteriormente julgados.

Dia 18-Coimbra : O colóquio sobre a reforma marcado para este dia, no Teatro Gil Vicente, para o qual se encontravam já convidados alguns Professores e o mesmo Reitor dera grande relevância, é superiormente impedido. Prisão de mais um colega.

Dia 19 e 20- Coimbra : continuação da greve, com pleno exito. Início das férias do Carnaval.

Dia 25-Coimbra: reinício das aulas a Direcção Geral faz sair um comunicado onde toma a responsabilidade de suspender a greve até uma Assembleia magna. Ressalva, no entanto, a necessidade de se realizarem Assembleias de Faculdade preparatórias da próxima AM a efectuar nos primeiros dias de Março.

Dia 26-Coimbra: Efectuam-se algumas reuniões parcelares.

Dia 27-Coimbra : Reunião Geral informativa. Preso um estudante que distribuía targetas o qual foi solto pouco depois.

Quem dá as ordens? Quem comanda tudo isto? Quem é o Senhor da Universidade?

O Magnifico Reitor não sabe. O magnifico Reitor pergunta-se repetidamente: "Em que Regime estamos nós?" (nós a Reitoria) e não atina com a resposta, procura nos seus contactos com os ministérios para "depois tomar posição". O regime em que se exerce o reitorado do professor Gouveia Monteiro está, no entanto, bem definido e por declarações daqueles mesmos a quem o Senhor Reitor se dirige para ver satisfeitas suas duvidas:

Foi o ministro da defesa que ameaçou rever a situação militar dos "estudantes desordeiros".

Foi o ministro do interior a quem se imputaram as invasões, saques, e encerramentos das associações de estudantes.

Foi o ministro da educação quem legislou e fez sair a lei de excepção para as Universidades, a lei que segundo um deputado de Aveiro, permite ao Governo reprimir dentro da Constituição.

Foi o conselho de todos os ministros quem apoiou o colega da educação "quanto às providências tomadas ou que seja indispensável adoptar para assegurar a normalidade do trabalho lectivo".

É neste contexto que a reitoria existe. É dentro destas coordenadas que ela actua. É por isso que apesar das esperanças, que as substituições do ministro da educação primeiro e do reitor de Coimbra depois, criaram em certos sectores da opinião pública, a Universidade, longe de ser normalizada, é teatro de acontecimentos que só os piores dias de 1969 poderiam fazer prever. O país não conhecia ainda a violência com que primeiro em Lisboa, no Instituto Industrial, na Faculdade de Direito, no Instituto Superior Técnico e depois em Coimbra, as reuniões de alunos são proibidas, os estudantes agredidos e as Associações encerradas. Assim se aprendeu que a repressão não surge pela crueldade das pessoas que ocupam lugares de poder mas porque o regime o exige.

É neste momento as exigências do regime relativamente ao sector estudantil são fazer passar sem discussão a reforma do ensino, só lhe admitindo críticas caseiras, aquelas a que ele chama "construtivas". O regime em que vive a reitoria é pois bem simples:

É autónoma para fazer cumprir os designios do governo, ignorada se o Governo precisa de intervir "mais energicamente" para repor qualquer equilibrio desfeito, pode voltar a ser autónoma em seguida.

O regime em que os estudantes vivem, era também de sobra conhecido. É a defesa sem cartel dos mais elementares direitos: o de reunião, o de associação, o direito de eleger representantes, o direito de informar e ser informado. Estas são prerrogativas inalienáveis de todo o cidadão português. Que o uso delas pode fazer estremecer o Governo, que a conquista generalizada desta prática por parte das camadas menos favorecidas da população pode levar os grupos no poder a adoptarem soluções de força a inundarem o país com ameaças de greves e de guerras, também sabemos. Mas que lutar por esses direitos intransigentemente é a única maneira de nesta negra Hora da nossa História estar de facto ao lado dos interesses mais progressivos do povo português, isso também não ignoramos.

E nem as arremetidas da policia, os discursos de quem governa e o silêncio de quem a eles se alia poderá deter esta nossa pequena contribuição à construção da Livre e Democrática Universidade por que todos ansiamos.

OS ESTUDANTES CONTINUARÃO A BATER-SE PELO LIVRE DIREITO DE REUNIÃO, DISCUSSÃO E ASSOCIAÇÃO

LIBERTAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS COLEGAS PRESOS

ABERTURA IMEDIATA DA A.A.C. E DEVOLUÇÃO DE TODO O MATERIAL DE LÁ RETIRADO

A Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra